



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º DE 2021
(Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle)

Solicita informações ao Ministério da Saúde sobre queda na taxa de cobertura vacinal no Brasil e aumento do risco de novos surtos de doenças previsíveis.

Senhor Presidente,

Solicita-se a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno desta Casa, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas as seguintes informações:

- i. ao Ministério da Saúde sobre queda na taxa de cobertura vacinal no Brasil e aumento do risco de novos surtos de doenças previsíveis.

Incumbe salientar que as informações solicitadas decorrem da aprovação do **Requerimento nº 107/2021 – CFFC** (cópia anexa), de autoria do Deputado Leo de Brito (PT/AC), aprovado pelo plenário desta Comissão, subscrito pelo Deputado Kim Kataguiri, em reunião extraordinária do dia 09/06/2021.

Sala da Comissão, 09 de junho de 2021.

Deputado Aureo Ribeiro
Presidente





ANEXO

REQUERIMENTO Nº 107 , DE 2021

(Do Sr. Deputado LEO DE BRITO)

Solicita informações ao Ministério da Saúde sobre queda na taxa de cobertura vacinal no Brasil e aumento do risco de novos surtos de doenças previsíveis.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sejam solicitadas informações ao Ministério da Saúde sobre queda na taxa de cobertura vacinal no Brasil e aumento do risco de novos surtos de doenças previsíveis.

JUSTIFICAÇÃO

Em 03 de junho de 2021, a Folha de São Paulo¹ revelou a uma queda na taxa de cobertura vacinal no país, aumentando o risco de novos surtos de doenças preveníveis.

Segundo a matéria, uma análise inédita do IepS (Instituto de Estudos para Políticas de Saúde), com base em dados do Ministério da Saúde atualizados até o dia 4 de abril último, mostra que menos da metade dos municípios brasileiros atingiu a meta estabelecida pelo PNI (Plano Nacional de Imunizações) para nove vacinas, entre elas as que protegem contra hepatites, poliomielite, tuberculose e sarampo.





A maior redução, de 16 pontos percentuais, foi da cobertura da vacina contra a hepatite B em crianças de até 30 dias. De 2019 a 2020, caiu de 78,6% para 62,8%.

As vacinas BCG (contra tuberculose) e tríplice viral primeira dose (contra sarampo, caxumba e rubéola) sofreram reduções de cerca de 14 e 15 pontos percentuais, respectivamente.

A queda de cobertura da vacina que protege contra poliomielite foi de 8,3 pontos percentuais —de 84,2% para 75,9%. Em 2015, o país tinha registrado cobertura de 98,3%. Para obter imunidade coletiva, é necessária uma taxa de vacinação de 95%.

Um dos retrocessos já vividos pelo país foi o retorno do sarampo, que tinha sido erradicado e voltou a circular em 2018 após uma queda na cobertura da vacina tríplice viral. Em 2020, houve surtos em 21 estados brasileiros, com o Pará respondendo por mais de 60% dos casos.

Segundo a Autora da Análise, economista Letícia Nunes, “A gente corre o risco do ressurgimento de doenças se essa queda não for revertida. Quando as coisas voltarem ao normal e as aulas presenciais retornarem, doenças que já estavam controladas podem vir com muito mais força”.

Ante o exposto, considerando o retrocesso no processo vacinação do país e risco de novos surtos de doenças previsíveis, faz-se necessária a busca de informações ao Ministro da Saúde, sobre o seguinte: (i) qual o motivo da paralização da vacinação de doenças previsíveis no país? (ii) qual a previsão de retorno da vacinação de doenças previsíveis no país?

Sala das Sessões, em 04 de junho de 2021.

Deputado LEO DE BRITO (PT/AC)

